

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.625 - MA
(2019/0222176-1)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : LUCIMARY PINHEIRO MIRANDA
ADVOGADO : FERNANDA ABREU ARAUJO - MA008213
AGRAVADO : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : ROBERTA DE ALENCAR LAMEIRO DA COSTA E OUTRO(S) -
DF017075
RICARDO PACHECO MESQUITA DE FREITAS - DF044412

DECISÃO

Em face das razões de fls. 425/430 (e-STJ), reconsidero a decisão da Presidência do STJ de fls. 421/422 (e-STJ) e passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto por LUCIMARY PINHEIRO MIRANDA, no qual se discute, dentre outras matérias, a legalidade ou abusividade de cláusula contratual de plano de saúde que estabelece o pagamento parcial pelo contratante, a título de coparticipação, na hipótese de internação hospitalar superior a 30 dias decorrente de transtornos psiquiátricos.

A questão de direito foi afetada para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.032), o que impõe a suspensão do presente recurso perante o Tribunal de origem, até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 256-L, I, do RISTJ, incluído por meio da Emenda Regimental n. 24, de 28/09/2016.

Salienta-se, por oportuno, que, após o pronunciamento desta Corte, o recurso especial deve ser analisado na forma prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Forte nessas razões, RECONSIDERO a decisão primeira (e-STJ, fls. 421/422) e determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que permaneça suspenso o recurso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos dos arts. 1.036, § 1º, e 1.037, II, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora